

A QUESTÃO LIBANESA: A CONJUNTURA DO PAÍS DOS CEDROS NO ORIENTE MÉDIO

Heloísa Andrecioli Orsatto¹
Andrew Patrick Traumann²

Resumo: O Líbano, país localizado no extremo leste do Mediterrâneo, e suas complexas questões políticas, sociais e culturais intimidam a maior parte da comunidade acadêmica em razão da dificuldade de levantar os principais pontos-chaves da história do país e articulá-los com a conjuntura política atual da região do Oriente Médio. Protagonista de uma colossal Guerra Civil e cercado por duas conflitantes potências na região – Síria e Israel – o país dos cedros e seu papel único no conflito árabe-israelense é o palco de investigações e principal objetivo deste artigo. Este trabalho justifica-se na incompreensão e desconhecimento dos fenômenos que moldaram o Líbano, e conseqüentemente o que eles significam para a comunidade internacional. Insere-se a caracterização desses conflitos e sua natureza única nesta narrativa, com o objetivo de esclarecer e desemaranhar o mosaico libanês. A metodologia utilizada para essa pesquisa é a composição de fontes bibliográfica e literárias com métodos qualitativos, utilizando-se de títulos acadêmicos sobre o tema.

Palavras-chaves: Líbano, Oriente Médio, Guerras de Procuração, Israel, Síria.

Abstract: Lebanon, a country located on the eastern edge of the Mediterranean, and its complex political, social and cultural issues intimidate most of the academic community for the difficulty of raising the key points of the country's history and articulating them with the current political conjuncture of the Middle East. Protagonist of a colossal Civil War and confined by two conflicting powers in the region - Syria and Israel - the land of the cedars and its unique role in the Arab-Israeli conflict is the place of investigations and main objective of this article. This work is justified in the incomprehension and ignorance of the phenomena that shaped Lebanon, and consequently what they mean for the international community. The characterization of these conflicts and their unique nature are included in this narrative, with the aim of clarifying and unraveling the Lebanese mosaic. The methodology used for this research is the composition of bibliographic and literary sources with qualitative methods, using academic titles on the subject.

Key-words: Lebanon, Middle East, Proxy Wars, Israel, Syria.

Recebido em: 17/12/2018

Aprovado em: 06/02/2019

¹ Graduanda em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba. E-mail: heloisa_orsato@hotmail.com

² Professor Doutor do curso de Relações Internacionais no Centro Universitário Curitiba. E-mail: andrewtraumann@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Emergido do acordo britânico-francês Sykes-Picot, na década de 20, como uma ambição francesa de possuir um país de maioria cristã no Oriente Médio, o Grande Líbano só viu a luz de sua independência, seguido também por outros países da região com a onda pós-colonialista, em meados dos anos 40. De imensurável importância histórica, o país possui monumentos e marcos que remetem a civilização fenícia, originada no país dos cedros. Após o colapso do Império Otomano, que dominava a região desde 1516, séculos adiante a França passa a possuir o mandato das cinco províncias que compunham o Líbano, até sua constituição formal como Estado-Nação.

Foi instaurado um sistema político único, caracteristicamente confessional, e com seu poder político e institucional distribuído proporcionalmente entre as principais comunidades religiosas – cristãos maronitas, muçulmanos xiitas, muçulmanos sunitas – e contando também com gregos ortodoxos, muçulmanos drusos, armênios, protestantes e logo após a criação do Estado de Israel, palestinos. Palco de interesses e do imaginário de conquista da Grande Síria e do impacto descomedido que foi a criação do Estado de Israel em 1948 – apenas cinco anos após a independência do Líbano moderno – é preciso também ter em mente que a concepção de Estado-Nação e de nacionalismo ocidentais não condizem com a realidade da região.

Protagonista de uma colossal Guerra Civil, que durou de 1975 até 1991, invadido por ambos vizinhos que pretendiam mais do que tudo caracterizar e perpetuar o Líbano como um Estado poroso e vulnerável, possuidor de um sistema político frágil e complexo, que permitiria intervenções sob pretextos imperialistas, o Líbano reflete consequências, resultados e fenômenos políticos marcantes decorrentes desses eventos.

Esse artigo pretende esclarecer os maiores acontecimentos que moldaram o Líbano, cronologicamente da Primeira Guerra Civil até a retirada dos soldados israelenses e do exército sírio do território libanês, mapeando quem é o país dos cedros no Oriente Médio e porque encontra-se no fogo cruzado do conflito árabe-israelense e do triângulo Síria, Israel e Irã.

Sustentado pela relevância de um maior conhecimento sobre o país, tão favoravelmente relacionado diplomaticamente com o Brasil, essa pesquisa também justifica-se na incompreensão e no geral desconhecimento e desinteresse do Líbano pela academia brasileira, e na importância do desembaraço do complexo libanês.

1. A Colonização

O Oriente Médio é, para o senso comum, uma incógnita. As motivações para os conflitos, extremamente específicos e que transbordam as fronteiras da região são, sob a lente incrédula ocidental, incompreensíveis e longe de chegarem a uma solução final onde a paz perdure. No entanto, é extremamente crucial traçar as linhas e buscar as origens do período de colonização da região, para poder entender as raízes dos conflitos étnicos-políticos-religiosos que perpetuam-se na região. É conveniente pontuar que cada país, no Oriente Médio como um todo, sofreu um processo de colonização específico, por diferentes agentes e com perspectivas, atores, abordagens e processos de descolonização distintos.

O petróleo, recurso natural que há séculos é o cerne de conflitos e disputas das civilizações modernas, ocupou um pedestal ainda maior no início da Primeira Guerra Mundial. Ele era o combustível que movia tropas e forças aéreas entre as fronteiras, e embora fosse também explorado em outras regiões do planeta - como na Ásia, nos domínios de Moscou e nos Estados Unidos – o que se encontrava no Oriente Médio era objeto especial de atenção, justamente por sua localização geográfica estratégica. A região continua não somente o precioso “ouro negro” (MAGNOLI, 2008, p.185)³ mas também fazia parte das rotas traçadas pelos oleodutos necessários para levar o recurso das margens do Golfo Pérsico até a costa do Mediterrâneo, de onde seguia por mar até os principais centros consumidores da Europa. (MAGNOLI, 2008, p.185).

As principais potências da época, França e Inglaterra, que já detinham várias colônias e mandatos na região, viam com olhos preocupados a ascensão da Alemanha e também a expansão dos interesses russos pela supremacia na região. Ambas as hegemônias já tinham consciência do desmantelamento do Império Otomano e ao mesmo tempo em que ainda engajavam-se em uma encenação de apoio ao Império, se preparavam para tomar o controle da região, aliando-se e aumentando suas influências principalmente na Pérsia e no Afeganistão, ambos vistos como chave ao expansionismo em direção ao Extremo Oriente.

Inimigas de longa data, a França e a Inglaterra, motivadas pelas complicações e custos que a política externa de ambas vinha acarretando em relação a Rússia e ao Japão na manutenção do *status quo* da época, deixam suas desavenças de lado em nome de uma política imperialista maior. Esse movimento político impulsionou o estabelecimento de dezenas de acordos secretos que amarrariam as relações entre as principais potências que entrariam em cena alguns anos depois. Não podemos falar em aliança anglo-francesa pois desde o início a Inglaterra afirmava seu comprometimento apenas no que dizia respeito a manutenção e proteção de seu império colonial, assim como passagens e canais estratégicos na região, não

³ FELDBERG, Samuel. Acordo Sykes-Picot (1916).

buscando nenhuma aliança formal, nem prestação de assistência militar aos países com os quais se relacionava. A França – não pela última vez – tinha sua principal articulação política focada, nesse breve período, na Alsácia Lorena.

A Turquia também entrou no conflito e foi crucial para selar o destino onde a Inglaterra passaria a ter controle de 90% dos territórios pertencentes ao antigo Império Turco-Otomano. Seu exército possuía várias divisões, e a maioria delas compunham populações árabes que se ressentiam da dominação secular turca. Sua contribuição foi de tamanha importância, pois o país detinha controle do principal estreito – Dardanelos - que servia de abastecimento para as tropas e de rotas de passagem que, se uma vez bloqueadas, colocavam em xeque não só interesses das potências europeias mas também das bases industriais e da população russa, assim como suas rotas de exportação.

O Império, aliado da Alemanha, assistiu com satisfação as derrotas que a Grã Bretanha sofreu no decorrer de outubro de 1914, e apesar da incompetência administrativa que por mais de cinquenta anos corroeu o Império e determinou sua extinção, abrindo caminho para a Revolta Árabe, uma falsa sensação de controle tomou conta da potência, extasiada pelos resultados. Porém, exatamente 4 anos após esses eventos e perdas britânicas, no mesmo mês, em 1918, o Império pereceria e se renderia, deixando todas suas terras – que nessa altura já estavam ocupadas por tropas britânicas – ao domínio da Inglaterra. O posicionamento das tropas inglesas foi determinante no fator da posse do legado do Império, visto que a França só tinha força suficiente para estar presente e tocar as políticas no norte da Síria – que englobava a atual região do Líbano – onde desde sempre procurou manter sua influência (MAGNOLI, 2008,p.191).

Com o fim do Império Otomano, as potências anglo-francesas sentaram-se diante de uma mesa com o mapa do Oriente Médio estendido e começaram a sua partilha – a régua –, concretizando a ambição há anos planejada. Havia tempos que, principalmente a Grã-Bretanha, vinha estabelecendo acordos que insinuavam seu apoio as populações árabes que se rebelavam contra os turcos, e a forma como o país implantou essas políticas deixaria marcas enormes - principalmente no conflito contemporâneo árabe-israelense - que continuariam a influenciar essas populações até a atualidade. Ao mesmo tempo em que prometia liberdade as regiões da Palestina, da Síria e da Mesopotâmia pela ajuda na derrocada do Império Turco, a Grã-Bretanha comprometeu-se também com o movimento sionista, que esperava um Estado judeu como lar nacional na região.

O acordo que selou a partilha do Oriente Médio se chamava Sykes-Picot – na época secreto⁴ - e foi baseado na ambiguidade de políticas manipuladas pela Grã-Bretanha, e no almejo da França de ter controle sobre as áreas sírias, onde ofereciam proteção para a população católica da região e principalmente pelo senso de pertencimento que a França tinha da região, remetente as conquistas nas Cruzadas. A administração parisiense também almejava um controle direto das regiões costeiras da Síria (onde pretendia instaurar governos fantoches) e uma extensão de domínio que chegaria ao Iraque, onde poderiam participar na exploração do petróleo e dos subsequentes oleodutos que transportariam o produto. (MAGNOLI, 2008, p.193).

1.1. O Acordo, a Palestina e o conflito Árabe-Israelense.

A Palestina, principalmente sua região costeira, seria até os dias de hoje objeto de disputas e tensões no cenário internacional. Na elaboração do acordo de Sykes-Picot, durante as negociações com as populações árabes, a Grã-Bretanha havia prometido – em troca da ajuda na derrota do Império Turco-Otomano – a integridade dos territórios santos árabes, juntamente com o reconhecimento da individualidade de seus povos e um auxílio no estabelecimento a melhor forma de governo para esses territórios⁵ (MAGNOLI, 2008, p.193).

A composição desses governos, mesmo após suas independências, seria extremamente marcada por influências ocidentais, o que viria a trazer um alongamento imensurável na questão dessa disputa, cuja complexidade foge da suficiência desse artigo.

A Palestina, anteriormente em Sykes-Picot destinada aos britânicos – além de abranger as terras santas possuía acesso ao Canal de Suez e ao novo porto de Haifa. Jerusalém sempre foi o cerne do aspecto religioso, disputada secularmente por muçulmanos, judeus e cristãos, e possuía uma importância ideológica, religiosa e política imensurável para os respectivos povos. A Grã-Bretanha apoiou-se na premissa de que a vinda de imigrantes judeus – europeus – seria um importante pilar da sustentação de sua dominação na região, e a movimentação das tropas

⁴ O acordo, que também incluía demandas russas, japonesas e italianas só veio a público no contexto da Revolução Russa de 1917, quando os arquivos secretos foram abertos pelos revolucionários, tornando público os termos dos acordos. Entre esses termos cabem citar um controle quase absoluto que a Inglaterra e a França teriam na região, livres para nomear direta ou indiretamente as administrações nas áreas de influência, assim como controle de ferrovias, portos e os principais mecanismos de abastecimento de água do Tigre e Eufrates.

⁵ A promessa do auxílio para o estabelecimento desses governos, depois da década de 40 e da independência de muitos desses países, marcaria ainda a dominação britânica, e posteriormente estadunidense na região, que se traduziria em monarquias e em regimes estatizantes liderados por elites ocidentalizadas.

britânicas para cada vez mais perto das áreas santas da Palestina abriu espaço para a proposta de criação de um lar nacional judaico naquela região.

Como a Inglaterra já vinha há muito tempo sustentando uma articulação política ambígua em relação aos povos judeus e árabes, não demorou muito para que essas relações com os judeus se materializassem. A Declaração Balfour⁶ foi uma carta publicada em 1917, onde em menos de quatro parágrafos, a Grã-Bretanha selava o comprometimento e o apoio à criação de um lar nacional para os judeus na Palestina.

Inicialmente, antes da publicação da carta, não houve um movimento de resistência árabe à presença de judeus imigrados na Palestina, eles ocupavam menos de 1% do território. Os interesses árabes, naquele momento, e os judaicos estavam acomodados. Os sionistas criariam o lar para seu povo e os árabes, como promessa britânica, controlariam a área da Península Arábica e suas regiões sagradas juntamente com a Síria. Mas a constatação da traição britânica não demorou a cair. Os Hachemitas⁷ foram impedidos de se estabelecerem nas áreas acordadas, despojados pelos franceses (que já haviam declarado posse da Síria 3 anos antes, nos acordos de partilha, compromisso que os britânicos não tinham como voltar atrás) e começaram a apontar as contradições na articulação política da Inglaterra, que havia barganhado com diversos segmentos sociais a mesma coisa.

A decepção árabe pela falta de cumprimento dos acordos, o sentimento de traição com a Inglaterra e a França e a percepção de que todos seus esforços para ajudar as potências a derrubar o Império Otomano tinham sido em vão, fez esses líderes se afastarem da Conferência de Paris, cujo objetivo maior era estabelecer condições para a paz mundial logo após a Primeira Guerra Mundial.

Com tudo isso feito, os franceses então concretizaram a almejada Grande Síria e ocuparam Damasco. O região libanesa nessa época era abrangida por uma parte do território sírio, onde os franceses usaram a anexação do Vale de Bekaa – área majoritariamente muçulmana – e a região do Monte Líbano para a criação de um Estado cristão, que daria origem ao Líbano. Nessa área predominavam os cristãos maronitas, aliados dos franceses, que foram postos em posições de liderança desse novo Estado, juntamente com a implementação

⁶ Mark Sykes, um dos elaboradores do acordo de partilha, juntamente com líderes como Lloyd George e o ministro das relações exteriores Arthur Balfour formaram a combinação desse comprometimento, que finalizou-se nessa declaração, enviada por Balfour para o lorde Rothschild, uma importante figura judaica da comunidade inglesa. (MAGNOLI, 2008,p.197).

⁷ Os hashemitas eram um clã que possuía descendência direta do profeta Maomé, cujo principal líder era Feisal, que tinha sido um dos principais responsáveis militares árabes do levante anti-turco. A Inglaterra decidiu compensá-lo (depois de convencê-lo a desistir da Síria e do Líbano) com o reino do Iraque, onde em 1958 foi deposto por um levante nacionalista da região.

de uma política que se traduzia na separação de minorias religiosas, enfraquecendo qualquer movimento ou iniciativa nacionalista árabe (MAGNOLI, 2008, p.201).

Essa última articulação política francesa, assim como a designação da liderança para os maronitas moldaria o sistema político do Líbano, acarretando numa vasta complexidade e insustentabilidade de governo, que culminaria na Guerra Civil Libanesa, subseqüentemente esclarecida nessa pesquisa. A Síria e o Líbano só veriam a luz de suas independências um ano após o fim da Segunda Guerra Mundial.

2. O País dos Cedros

A constituição do Líbano como país, como Estado-Nação, foi de longe árdua. Um dos pilares de sustentação de políticas que unificam e reforçam a identidade de um país, tornando-o homogêneo e mais forte frente a conjuntura internacional e na defesa de seus próprios interesses – tudo o que potências externas tentavam frustrar e tornar o mais difícil possível – é o nacionalismo. E os esforços estrangeiros, principalmente franceses, para tornar a comunidade política e o corpo governamental do Líbano frágil e internamente intrincado refletiram em como o país e seus nacionais viam a si mesmos, principalmente no período pós-colonial.

O nacionalismo se origina tanto de questões políticas, quanto do sentimento de pertencimento. Combinação, sempre em nome da população, de identidade, jurisdição e território (HEARN, 2006)⁸. Questões como a colonização do país pela França, que se baseava em políticas e condutas imperialistas e depois em ambições e alianças cristãs, juntamente com disputas e pendências de negociações com a Síria pela definição de suas fronteiras e sua posição geográfica tornaram o Líbano palco de não só uma disputa de interesses mas também de uma divergência de visões sobre o que seria a identidade libanesa, e conseqüentemente, seu nacionalismo.

Um ponto chave para o desenvolvimento de uma guerra irregular⁹ é o nacionalismo, e do Líbano, assim como a maioria de seus fenômenos e instituições políticas, se constituiu de maneira fugitiva da regra. Terra onde a civilização fenícia concretizou seu auge, existem vertentes no Líbano que admitem aí seu nacionalismo. O Fenicianismo, uma das vertentes do nacionalismo libanês, possui majoritariamente cristãos maronitas como adeptos. Os mesmos seguem premissas que intitulam os libaneses não como parte da comunidade árabe mais abrangente, e declaram a contribuição inestimável que essa civilização ofereceu ao ocidente,

⁸ Hearn, J 2006, *Rethinking Nationalism*, Palgrave Macmillan, New York

⁹ Em sua maioria, conceitos que abrangem o espectro da Guerra Irregular remetem a fenômenos que transcendem os limites do campo militar convencional, remetem a forças não-estatais, geralmente nativas e fazem referência à guerras de guerrilha. Não raramente também possuem uma conotação que vincula-se a ideia de um conflito em âmbito interno.

assim como a incomparabilidade de habilidades comerciais e características como “sabedoria e tranquilidade”.

Outra vertente que discute a origem e o cerne do nacionalismo libanês reside sob o espectro do Império Otomano, e ainda sim é um tópico de muitas discussões e debates. Essa vertente se apoia contextualmente entre o século XVIII e XIX, tida como resultado da emergência da Igreja Maronita como um grande símbolo político de poder nesse Império, assim como o mandato da dinastia Shihab sob o Emirado do Monte Líbano subdivisão do Império Otomano. Essa subdivisão do império originou o Monte Líbano *Mutasarrifate*, considerado hoje, por sua vez, o precursor histórico da República do Líbano.(RITLI, 2011)¹⁰. Essa seria uma das vertentes ré-colonialistas mais difundidas que englobariam as primeiras formas de nacionalismo libanês.

O nacionalismo moderno do Líbano, posterior ao mandato francês no país, diverge das versões anteriores, principalmente do foco maronita. Essa vertente moderna, que acabou por originar o Confessionalismo¹¹, deixa de ser apenas uma questão identitária e passa a possuir demandas territoriais e aspirações políticas e ideológicas. Mesmo tendo uma maioria¹² maronita na época, essa vertente abrangia e estendia sua concepção para ambos muçulmanos sunitas e xiitas. Tinha como principais características ideológicas um pluralismo na composição governamental confessionalista e princípios de liberdade política.

2.2. O Confessionalismo e a composição política do Líbano.

O Confessionalismo é um sistema de governo que foi criado com o propósito de unir religião e política. No quadro libanês significa a distribuição de poder político e institucional proporcionalmente entre as comunidades religiosas. Já mencionado nessa pesquisa, o esforço francês de fragmentar o máximo possível as comunidades libanesas em uma lógica de dividir para conquistar, eis como se constituía a composição política do Líbano antes da Guerra Civil e seus principais grupos.

Cristãos Maronitas, a comunidade mais influente do país. Aliados de longa data dos franceses ocupavam o norte do Líbano e controlavam Beirute Oriental (SCALERCIO, 2003). No que havia sido acordado entre as comunidades, eles possuíam trinta cadeiras no parlamento e tinham o direito de indicar o presidente da república. Curiosa e presumivelmente, os maronitas não eram um grupo homogêneo, e a liderança dessa comunidade se dividia em quatro famílias tradicionais: Eddé, Chamoun, Frangieh e Gemayel.

¹⁰ RIFLI, EVAN. Colonialism, Lebanon and the Middle East. Disponível em: < <https://www.e-ir.info/2011/07/05/colonialism-lebanon-and-the-middle-east/>> Acesso em: novembro de 2018.

¹¹ Forma de governo que perdurou durante um longo período de tempo no Líbano. Será explicado e exemplificado logo adiante.

¹² Aqui, maioria no sentido de detenção do poder, não de aspectos demográficos.

As três últimas controlavam forças militares armadas: os Chamoun contavam com uma tropa denominada “os tigres”, os Frangieh tinham o Exército de Libertação de Zghorta e os Gemayel eram apoiados pela milícia mais numerosa, que viria a se tornar hegemônica entre os maronitas, a Falange. (SCALERCIO, 2003, P. 221)

Caracterizavam-se em linhas gerais por se oporem em peso ao crescimento político dos muçulmanos, mas eventualmente acabavam fomentando conflitos entre si. Seriam eles os responsáveis, mais especificamente Bashir Gemayel, por buscar apoio de Israel no conflito que emergiria dentro de alguns anos, que será elucidado logo mais.

Muçulmanos Sunitas, tinham acordados vinte cadeiras no parlamento, embora fossem numericamente equivalentes a população maronita. Desejavam redesenhar um cenário político libanês onde fossem tivessem mais peso político. No contexto da Guerra Civil grande maioria deles seguia uma orientação nasserista¹³.

Muçulmanos Xiitas, ultrapassavam em quesitos de população os maronitas e os sunitas, e eram majoritariamente menos favorecidos, habitando o sul do país. Possuíam o mesmo número de cadeiras que os sunitas e sempre procuraram se organizar politicamente.

Em 1982, com a grande invasão israelense, os xiitas saudaram a presença judaica no Líbano com simpatia, já que mantinham relações de franca inimizade com os guerrilheiros da OLP e seus aliados sunitas. [...] contudo, a aliança israelense com os maronitas da Falange e sua insistência em permanecer no sul do Líbano logo modificaram a posição dos xiitas, derivando-a para franca hostilidade. Não há dúvidas de que a vitória do Aiatolá Khomeini e de sua Revolução Islâmica no Irã em 1979 fortaleceria ainda mais a militância, a disposição e a influência de grupos políticos xiitas. [...] Mais tarde no sul do Líbano formariam uma organização que viria a se tornar uma das mais encarniçadas inimigas de Israel: o Hezbollah (Partido de Deus). (SCALERCIO, 2003. P.222)

Palestinos, milhares deles vivendo em campos de refugiados, transferidos para o Líbano depois da criação do Estado de Israel em 1948 e depois da sua expulsão da Jordânia, na década de 70. Yasser Arafat, líder da OLP e seus guerrilheiros encontravam-se no território também, e constituíam no geral cerca de duzentos mil habitantes a menos que os maronitas e os sunitas. Caracterizavam-se como politizados e simpatizantes das teses esquerdistas, e quase todas as outras comunidades – sentimento que a partir de uma época predominava no Egito e

¹³ Esta ideologia nasceu no Egito, nos anos 50, durante o período de descolonização do Oriente Médio; logo após a Segunda Guerra Mundial. Em linhas gerais, personificada por Nasser, defendia premissas de um Estado forte, flertava com princípios socialistas e defendia uma unidade árabe como forma de gerar apoio popular.

na Síria também – olhavam para os palestinos com desconfiança, que no caso dos maronitas evoluiu para uma franca inimizade.

Constituíam, por fim, o cenário político libanês antes da Guerra também grupos muçulmanos drusos¹⁴ - que indicavam seis deputados ao parlamento - , gregos-ortodoxos, que geralmente ficavam do lado da OLP e dos muçulmanos por desavenças com os maronitas, armênios com direito a cinco cadeiras no parlamento e protestantes, com direito a duas.

3. A mais trágica consequência do período colonial: A Guerra Civil Libanesa (1975-1990) e a invasão Israelense.

Que tanto a Síria quanto Israel almejavam a fragilidade política do Líbano para atingir seus interesses não era novidade. Os conflitos antecedentes no mundo árabe com Israel – a Guerra dos Seis Dias e a Guerra de Yom Kippur – deixaram a coalizão árabe ciente do esforço descomunal que era necessário para lidar com o aparato de guerra do país sionista, especialmente na questão da Palestina. A partir disso, os palestinos e a OLP foram deixados à deriva, enquanto até mesmo a comunidade árabe compartilhava o sentimento e a visão de que eles, para onde fossem, traziam problemas.

Sobre a questão da população palestina, cujo enredamento e complexidade também foge da perícia desse artigo, vale pontuar aqui que o quesito da identidade, de auto identificação dessa nação não é exatamente correlata com a do restante da população árabe, assim como movimentos de auto identificação persas e turcos. O sentimento de pertencimento dessa população, então, depois da perda de seus territórios era algo flutuante, marginalizados da nova ordem mundial.

Irrefutável dizer que, especialmente na conjuntura política que o Líbano se encontrava nesse período colonial, severamente setorizado, a presença da Organização para a Libertação da Palestina e os milhares de palestinos refugiados no sul do país agravou ainda mais a situação, exaltando os ânimos principalmente dos maronitas, que temiam que os palestinos se engajassem na formação de um Estado próprio dentro do Líbano.

A presença palestina aumentou consideravelmente após os episódios na Jordânia, e confrontos entre as milícias maronitas, grupos palestinos e grupos libaneses começaram a ter uma frequência maior, progressivamente desencadeando sentimentos de retaliações e revanches mais fortes.

¹⁴ Os drusos eram vistos pelos demais grupos como heréticos. Costumavam casar entre si e eram caracterizados como grandes guerreiros na defesa de suas áreas perto das montanhas de Shouf. Não possuíam, a priori, problemas com Israel. (SCALERCIO, 2003).

O evento que marca a escalada dos confrontos é o massacre no bairro de Beirute, Ain Rumaneh, em 13 de abril de 1975. A milícia falangista fazia o controle da região em que seu líder, Pierre Gemayel, inaugurava uma igreja. A milícia deteve um veículo ocupado por palestinos, resultando em uma discussão que culminou em um dos chefes falangistas baleado. Logo depois, um ônibus ocupado por guerrilheiros palestinos, mulheres e crianças passou pelo local. Seus ocupantes desconheciam o que acabara de acontecer, mas, como represália, os milicianos da falange metralharam o veículo, matando os 26 passageiros (PINO, 1988. P.85).

Movidos pela percepção de que mesmo que contassem com a participação de outras milícias maronitas e até mesmo unidades do exército libanês, a coalização árabe era muito mais forte, os maronitas recorreram inicialmente a Síria, e depois a Israel.

Na Síria, o presidente Hafez Assad foi crucial para que os maronitas não fossem fatalmente esmagados nesse conflito, mas sua posição foi paradoxal. Assad já havia, em outro contexto, auxiliado financeiramente e militarmente a OLP e partidos da esquerda libanesa. (BIEZUS, 2018, p.12). No entanto, o presidente não desejava um Líbano controlado por um governo que homogeneizasse a OLP. Seu principal objetivo era manter o país em uma situação onde ele se sustentasse, mas fosse fraco o suficiente politicamente para que eventualmente precisasse recorrer a Síria. Simultaneamente, Damasco nunca havia perdido a esperança de, territorialmente, constituir novamente a Grande Síria. Dessa forma, o presidente decidiu atender ao pedido de ajuda maronita e alocar suas tropas no norte e no oeste do Líbano. Israel, que já estava monitorando as atividades de ambos os países “permitiram” que os sírios entrassem, e em um acordo arbitrado pelos Estados Unidos entre eles e a Síria, ficou decidido que Israel não se oporia a presença síria no território, contanto que esta não se utilizasse de apoio aéreo, nem mísseis, e se mantivesse a pelo menos 24 quilômetros de distância da fronteira israelense. Essa distância ficou denominada como “Linha Vermelha”. (SCALERCIO, 2003, p.225).

No entanto, os maronitas não almejavam somente sua segurança, queriam a reconquista do controle político do Líbano e a erradicação das bases da OLP no país, interesse que também cabia a Israel, visto que a região onde a OLP se concentrava não era muito longe de suas fronteiras. Assim, os maronitas foram solicitar igualmente o apoio israelense.

Israel, para dizer o mínimo, ficou curiosa. Yitzhak Rabin, o primeiro ministro, considerou o pedido um ótimo precedente a ser explorado, afinal, apesar de cristãos, os maronitas ainda eram árabes. E ainda por cima uma vitória maronita, além de eliminar as bases da OLP do país, permitiria que o governo do Líbano reconhecesse e estabelecesse relações regulares com Israel, o segundo país árabe a reconhecer o Estado sionista. (SCALERCIO, 2003,

p.225). No entanto, todos esses entendimentos entre os maronitas e Israel deveriam permanecer no mais completo sigilo – o que não aconteceu – pois tal atitude atrairia a ira da Síria e a reprovação norte-americana e soviética. Porém assim que o oficial israelense enviado para as negociações chegou ao Líbano, foi recebido por uma multidão de maronitas, aos aplausos.

Mas o Líbano nunca tinha sido um país estavelmente político o suficiente para que se pudessem jogar dados e calcular estratégias com tanta certeza. Os próprios maronitas careciam de uma unidade entre si, o que dificultava movimentos de ação em comum. O cenário político do Líbano era pontuado por numerosas traições e sangrentos assassinatos (SCALERCIO, 2003, p.226), e eventualmente grande parte dos esforços era canalizado para que os próprios grupos não se aniquilassem entre si. E em 1978 a milícia da Falange passou a defender um estreitamento ainda maior das relações com Israel, enquanto os guerrilheiros do ex-presidente Suleiman Frangieh defendiam um maior alinhamento com a Síria. Os Frangieh interpretaram essa vontade da Falange como uma traição, o que acabou resultando no fim da aliança síria-maronita, e Frangieh continuou alinhado com Hafez Al-Assad. A hostilidade entre essas duas famílias maronitas culminou no assassinato do filho de Suleiman, e de sua esposa e filha, na época ainda um bebê de colo. A Síria, interpretando isso como uma declaração de guerra, lançou seu primeiro ataque geral a Falange (BIEZUS, 2018, p.15).

Israel então, impulsionada pelo primeiro governo inteiramente de direita da história do país, que havia ganho força com a onda conservadora que varria o mundo na década de 80 e com o sucesso de uma operação israelense a um reator nuclear em construção no Iraque, onde em menos de dois minutos, Israel destruiu toda a zona tida como alvo e voou de volta ao país sem sofrer qualquer baixa (SHLAIM, 2001, p.384-385), decide dar uma guinada em sua política externa e começa por entrar no tumulto libanês em socorro aos maronitas. O país também anunciou oficialmente a decisão da anexação formal das Colinas de Golã, um golpe direto contra não só a Síria, mas todo o mundo árabe. Begin e Ariel Sharon, desrespeitando os Acordos de paz de Camp David e as resoluções da ONU também deram início a políticas de desapropriação de territórios árabes e de construção de novos assentamentos judaicos nos territórios ocupados. (SCALERCIO, 2003, p.228).

Sharon era o responsável pela defesa de Israel, e era conhecido por sua personalidade de não medir esforços para atingir seus objetivos. Sempre esteve envolvido em operações de retaliações contra os palestinos e não eram raras as vezes em que ele conseguia tirar os demais generais do sério. Entendia que as tropas sob seu comando pertenciam a ele, não ao governo e até mesmo Begin fazia-lhe ressalvas (SCALERCIO, 2003, p.229). Não tardou a ambicionar maiores conquistas. Segundo Ahron Bregman e Jihan Tahri em *Fifty War: Israel and the Arabs*, a descrição do plano de Sharon era a seguinte: Israel, com todo o peso de seu poder militar invadiria o Líbano e executaria os trabalhos que os maronitas não tinham sido capazes de fazer,

ou seja, destruir completamente a base da OLP no país. Uma vez expulsos do Líbano, Sharon esperava que os palestinos fossem compelidos a migrar em massa para a Jordânia, dando carta branca para que Israel pudesse redesenhar todo o sistema político libanês. Como segunda parte do plano, estava disposto a usar o poder estatal para obrigar o rei Hussein a aceitar os palestinos de volta em terras jordanianas, e caso necessário, prestar auxílio para a derrubada dos Hashemitas, tornando a Jordânia um estado puramente palestino. Desse modo, Israel finalmente admitiria total soberania sob as áreas da Judeia, da Samaria e do Distrito de Gaza.

Mas esse plano, de forma alguma poderia vir a público, e nem o próprio governo de Israel poderia tomar ciência do mesmo. Sharon apresentou seus planos em linhas mais modestas. Basicamente previa tropas israelenses apenas no sul do Líbano e com intuito defensivo para a região da Galileia, não pretendia em nenhum momentos marchar sobre Beirute. Mas essa ação necessariamente forçaria passagem pela Linha Vermelha, ou seja, se chocaria com as tropas sírias. Só por esse caminho Israel teria acesso as rodovias para a capital. A operação ficou conhecida como “Operação Paz para a Galileia” (SCALERCIO, 2003, p.230).

Israel utilizou-se de um embaixador israelense gravemente ferido por um grupo palestino em Londres de pretexto para colocar seu plano em ação, mesmo após a polícia secreta do país assegurar veemente que o grupo em questão nada tinha a ver com a OLP, era um grupo liderado por Abu Nidal, inimigo conhecido de Yasser Arafat, líder da OLP (SHLAIM, 2001, p.403).

A estrada para Beirute e o confronto com a Síria era inevitável. No entanto, publicamente, Israel prometeu que o exército sírio não seria atacado, a mens que alvejasse os soldados de Israel, e também que não avançariam mais do que cinquenta quilômetros da fronteira internacional.

As forças sírias se localizavam no vale de Bekaa, e estabeleceram na região diversas baterias de mísseis que eram apoiados por sistemas de radar. A FAI – Força Aérea Israelense – monitorava incansavelmente as posições sírias com controles aéreos e sensores eletrônicos e óticos de altíssima tecnologia, e com esses aparatos, perceberam que os sírios quase não se movimentavam, nem trocavam seus equipamentos de lugar (SCALERCIO, 2003, p.232). Isso permitiu com que Israel conseguisse fazer um mapeamento detalhado de toda a posição e equipamento sírio. Logo depois Israel atacou o Vale, utilizando-se de aeronaves teleguiadas, drones, que eram interpretadas pelos sistemas defensivos sírios como uma ameaça de grande porte, acionando todos os sistemas de segurança, pois não tinham como discernir os drones de aviões de ataque de verdade. Uma vez que esse sistema de segurança era acionado e todos os equipamentos eram mobilizados para a ameaça – que era na verdade o drone – Israel enviava aviões da FAI armados com mísseis antirradiação. Esses mísseis eram guiados por ondas de

radares, que além de identificarem precisamente as posições da síria, interferiam nos sistemas de comunicação.¹⁵

A eliminação das forças sírias garantiu a estrada livre para Beirute, e constatou dois importantes pontos. Primeiro, Israel estava utilizando-se do vasto arsenal e de investimentos americanos em seu sistema de armamentos, a aliança entre os dois nunca estivera mais forte. Em segundo, Israel tinha aprendido sua lição com a Guerra de Yom Kippur e não deixara nenhuma abertura para uma subestimação dos árabes, todo o plano de ataque foi previamente planejado. Na lógica da Guerra Fria, e do ponto de vista americano e russo, o Oriente Médio era um ótimo campo de provas para o teste e confronto de armamentos produzidos tanto no ocidente quanto no frios ares de Moscou, a custo de civis e do já frágil arranjo político e de infraestrutura da região.

Israel sitiou Beirute com aço e fogo, e pegou tanto a opinião pública israelense quanto a internacional de surpresa, levantando um movimento de reprovação gigantesco. Os tempos haviam mudado e era inaceitável que um país invadisse o outro dessa forma, espalhando destruição e eliminando civis indiscriminadamente¹⁶. Israel não tinha como explicar que toda essa campanha de guerra era necessária a sobrevivência e segurança do Estado, princípios que já haviam arrastado soldados e a população civil israelense na Guerra para fundar Israel, em 1948. Os tempos haviam mudado e a disposição dos soldados de tanto ir para o *front* quanto enviar seus filhos para o conflito era drasticamente menor, e – em choque diante de toda aquela situação – muitos soldados começaram a se recusar a obedecer.

Sharon não queria que os comandos da Força de Defesa Israelense se preocupassem com as baixas, mas com fechar os acessos a Beirute e confinar os palestinos na parte ocidental da cidade. Unidades assumiam os controles dos aeroportos internacionais e tanques penetravam nos subúrbios ao sul da cidade. Os palestinos e seus aliados cediam terreno cobrando um custo elevado em sangue aos israelenses. Beirute era uma metrópole moderna e populosa. Nada justificava o fato de a cidade ser submetida a cerco e bombardeada pela artilharia. A maioria esmagadora dos habitantes de Beirute não era constituída de palestinos, e mesmo entre eles haviam mulheres e crianças (SCALERCIO, 2003. P.234).

Israel imaginava que podia contar com as milícias maronitas para ajudar a tomar Beirute a todo custo, mas foram rápidos em declarar que seu pessoal não estava apto para uma luta de tamanha dimensão. Assumiam suas posições em defender as áreas da cidade que estavam sob seu controle e paravam por aí.

¹⁵ Coleção Guerra nos Céus. Rio de Janeiro, 1986. Volume II, p.269-271.

¹⁶ Palavras do diplomata de origem libanesa Philip Habib, em Washington.

Sharon então, vendo Israel tendo de se curvar as pressões internacionais e principalmente as de Reagan, entra em cena com o plano da realocação dos palestinos.¹⁷ Com um último bombardeio de saturação a Beirute, a delegação de lideranças do Líbano procura Arafat e declara a situação insustentável que estava para aquele povo, juntamente com a necessidade de partirem. Israel então, em uma reunião de gabinete em agosto, priva Sharon da autoridade de ordenar quaisquer novas ofensivas, declarando que cessariam a barragem contra Beirute e permitiriam que os palestinos saíssem da cidade.

Os Estados Unidos e a França enviaram contingentes para que pudessem supervisionar e garantir a travessia dos palestinos em segurança, mas a questão é que eles não tinham para onde ir. Como já mencionado nesse artigo, o mundo árabe passava a ver os palestinos como um imã de problemas, e o Egito, a Arábia Saudita e os emirados do Golfo Pérsico prontamente se recusaram a aceitar os retirantes. A estrutura que a OLP havia criado no Líbano é então desmantelada e a Organização, juntamente com seus quase nove mil seguidores se dirigiram para a Tunísia (BIEZUS, 2018, p.16), enquanto mais de duas mil pessoas foram realocadas pela Síria, Iraque e Iêmen.

Israel então consegue o que tinha almejado, e Bashir Gemayel, candidato a presidência pelos maronitas, é eleito. Israel queria, logo de cara, após toda essa ajuda prestada aos maronitas, que o Líbano reconhecesse diplomaticamente e regularizasse relações com o país. Mas mesmo que Gemayel tivesse concordado com isso, não daria tempo.

Três semanas após a posse, Gemayel fora assassinado em seu quartel. Os principais suspeitos do assassinato – embora houvesse uma infinidade deles – foram a Síria, cuja influência havia sido reduzida com a eleição do presidente apoiado por Israel. E mesmo sem nenhuma conclusão ou relatório de provas, as pessoas que pagaram o preço pela morte do presidente foram os palestinos. (BIEZUS, 2018. P. 16)

Israel, que já havia se retirado do Líbano pelas pressões internacionais, usa o assassinato do presidente como pretexto para invadir o país novamente, procurando guerrilheiros palestinos remanescentes. As pessoas da Palestina que ainda tinham ficado no Líbano se encontravam nos campos de refugiados de Sabra e Shatila, em Beirute ocidental. A Força de Defesa de Israel sitiou os campos, entendendo que ali era o ninho onde terroristas da OLP se escondiam, e os manteve iluminados com holofotes, enquanto permitiam a entrada de pequenos grupos das milícias falangistas, um de cada vez, no meio da noite.

O que se seguiu foi um massacre que selou a respeitabilidade de Israel mundo afora e de seu exército.

¹⁷ Sharon comunicou a Arafat que estava preparado para fazer, a força se necessário, a Jordânia a aceitar os palestinos de volta. O líder da OLP respondeu que o lar dos palestinos não era a Jordânia e acusou o ministro da defesa de tentar transformar o conflito palestino-libanês em um conflito palestino-jordaniano, explorando a agonia dessas pessoas. (Idem, p.235)

Os soldados de patrulha alegaram, depois dos eventos, que não podiam saber o que ocorria nos campos. Porém é muito difícil deixar de escutar o gemido de agonia de oitocentas a mil pessoas que estão sendo assassinadas. Além do mais, era fácil entender o que os maronitas faziam, uma vez no interior dos campos. Muitos dos corpos das vítimas foram sepultados por seus parentes, mas somente o comitê da Cruz Vermelha Internacional sepultou 210 corpos: 140 homens, 38 mulheres e 32 crianças. (SCALERCIO, 2003. P.239).¹⁸

Israel e a FDI então, iniciam uma retirada unilateral, deixando em sua esteira uma força militar patrocinada por Israel: o Exército do Sul do Líbano. O episódio ficou marcado a fogo na memória internacional e de Israel, onde os comandantes da área e o ministro de defesa foram seguidos por uma comissão de inquérito. Sharon foi condenado pelo crime de guerra e se afastou do cargo de ministro da defesa, mas continuou no governo como um ministro sem pasta (SCALERCIO, 2003. P.241).

3.1. As consequências. O Hezbollah e o legado da Guerra

O Hezbollah é indiscutivelmente um fenômeno direto das intervenções sírias e principalmente israelenses no sul do Líbano. A Síria já possuía uma imagem desonrosa para com o país, visto que seus interesses com a intervenção e suas alianças práticas e volúveis só respondiam ao objetivo maior de uma aspiração imperialista. Além da intervenção, a presença do país no Líbano também se alastrava dentro de outras facções e milícias libanesas, como a guerrilha Amal, um grupo xiita que compartilhava visões políticas alinhadas com o regime de Hafez Al-Assad e tinha como principal característica uma conduta política e visão secularista (TINOCO, 2018. Pp. 6).

Tendo o Amal como um grupo onde a Síria podia contar no seu contexto de sua ocupação e influência no país, Israel também não ficou para trás e articulou também ações políticas que se traduziram em garantir a continuidade de sua presença na região, deixando no sul do país seu patrocinado e armado Exército do Sul do Líbano.

Movimentos populares que já eram iminentes começaram a se formar no Líbano em resposta, principalmente, a presença israelense depois de tudo o que havia acontecido no âmbito da Guerra Civil. O principal resultado desses movimentos políticos foi a milícia xiita conhecida como Hezbollah (EI HUSSEINI, 2010 P. 806).

O surgimento do Hezbollah no meio do contexto da invasão de 1982 não só está relacionado ao surgimento do sentimento xiita libanes de lutar contra a invasão israelense, como também veio do fato de que muitos xiitas acabaram ficando desapontados com a visão pró-síria e secular do Amal,

¹⁸ FRIEDMAN, Thomas. *From Beirut to Jerusalem*. NY, Anchor Books, 1989. P.80-82.

fator que elevou muitos integrantes do Amal a migrarem para o Hezbollah. Ao mesmo tempo, o fato de que o Hezbollah era a única guerrilha significativa no sul do Líbano que buscava lutar contra a ocupação israelense fez com que o grupo acolhesse muitos seguidores jovens a causa” (NORTON, 2007, p.477)

Em contraste com o Amal, o Hezbollah compartilhava perspectivas bem mais correspondentes política e ideologicamente com os ideais de Khomeini, precursor da Revolução Iraniana de 1979. Ambos os grupos também divergiam no que se referia, no desencadeamento da Guerra Civil, a presença palestina no país. Alinhados com as aspirações sírias, o Amal não via com bons olhos os palestinos, enquanto o Hezbollah declarou abertamente, em 1985, a posição favorável do grupo a presença palestina. Nesse mesmo período um confronto armado chegou a ocorrer entre esses dois grupos, e ficou conhecido como “A Guerra dos Campos” (TINOCO, 2018, p.8)

O Hezbollah possui ligações marcantes com o Irã, e principalmente com a ideologia de Khomeini. O líder via no grupo uma possibilidade de extensão de sua República Teocrática, concretizada no Irã depois da Revolução de 1979, onde a Sharia – lei islâmica – regia o país baseado nas concepções do aiatolá de que era necessário uma presença divina presente no poder executivo e nas instituições administrativas do país.

Em 1992 o Hezbollah passa a constituir um partido político no cenário libanês pós-guerra, e continuaram valendo-se dos discursos de Khomeini, que traziam conotações inspiradas em Karbala¹⁹, de onde nascia a inspiração para o enfrentamento de forças opressoras no cenário contemporâneo, compondo por excelência o discurso político do Hezbollah, onde a imagem de Israel servia perfeitamente para exemplificar e reforçar a política e a ideologia do grupo.

O partido se solidariza favoravelmente a questão das pessoas mais pobres e estruturalmente oprimidas, e conta também em sua ideologia com uma forte influência de grupos de esquerda, escala regional e internacional. Também conta com o apoio maciço da classe intelectual e elite do Líbano, que nas palavras do historiador Fawwaz Traboulsi, o grupo seria “Uma força lutando contra o Imperialismo Americano e o Colonialismo Israelense”. O grupo, nessa época já constituindo um partido político no Líbano, se engajou em políticas sociais visando principalmente pessoas afetadas pelos conflitos decorrentes da Guerra Civil. Providenciaram serviços de saúde básico e auxílio para essas pessoas, e volta e meia reiteravam suas preocupações com minorias, como os palestinos que ainda residiam em Israel e os xiitas no Líbano.

¹⁹ *Paradigma de Karbala*, entrelaçado nos discursos do Hezbollah e de Khomeini, refere-se a uma das batalhas épicas dos tempos de origem do Islã, onde xiitas e sunitas se enfrentaram e o profeta Hussein, filho de Ali, da liderança xiita, foi morto. (TINOCO, 2018, p.9)

Em linhas gerais, o problema do Hezbollah sempre foi com Israel. Desde o começo seus principais esforços eram voltados para a desocupação israelense do país, que só ocorreu em 2000, sucedida pela desocupação síria em 2005. Mesmo após a desocupação israelense, alguns assuntos ficaram pendentes, como o caso das Fazendas de Sheeba²⁰

Ambos os entes ainda iriam se ver em conflito, no ano de 2006, onde eclodiria mais um episódio do conflito árabe-israelense que ficaria conhecido como a Segunda Guerra do Líbano, onde o Hezbollah fortaleceria sua posição como braço armado, combatendo de frente o Estado de Israel, que nessa época até os dias de hoje reconhece o grupo como uma facção terrorista.

A Guerra de 2006 definiu a presença do Hezbollah no país quase formalmente. O governo israelense, sob o pretexto de resgate de dois soldados desaparecidos em uma operação militar do Hezbollah na fronteira, invade novamente o sul Líbano, com o objetivo tangível de, na verdade, acabar com as bases do Hezbollah e também da síria no país.

[...] o grupo xiita contou com o apoio de uma grande margem da população libanesa, em sua maioria cristãos e xiitas. Além disso, vale pontuar que tal apoio foi exacerbado não só pelas ações militares de êxito do Hezbollah contra Israel, mas também pelo fato de que muitos civis libaneses acabaram se tornando alvo dos ataques e bombardeios israelenses, fator que gerou um forte sentimento dentro da população, trazendo lembranças do período de ocupação do Estado Judeu durante a Guerra Civil (EI HUSSEINI, 2010. P.808)

Depois desse conflito o Hezbollah passou a canalizar seus esforços na vida política do país. Engajou-se na busca de um governo de união nacional envolvendo o Amal e o partido cristão Movimento Patriótico Livre. Esse objetivo foi alcançado e os três grupos se juntaram, e mesmo não conseguindo atingir a maioria no parlamento, conseguiram exercer pressão sob o governo de 2009 para que projetos e intenções do grupo xiita fossem bem sucedidos (BIEZUS, 2018 p.20).

²⁰ Decorrente também dos desentendimentos com a Síria sobre a fronteira internacional, o Líbano entendia a área como de pertencimento libanês, exigindo que Israel desocupasse a região, enquanto o país sionista interpretava a região como síria, permanecendo ali.

Considerações Finais

Longe de englobar todas as variáveis e cenários dos conflitos citados, essa pesquisa se traduziu no esforço de trazer uma abordagem que pudesse apresentar uma série de questões e influências históricas que marcaram os principais conflitos do país e ainda marcam o Líbano de forma vívida.

Desde sua formação como Estado independente até sua atuação na conjuntura global contemporânea, o Líbano é um país singular. Insere-se no epicentro dos conflitos árabe-israelenses e sua história passa por pontos chave da história e da formação política e ideológica que moldaram o Oriente Médio. Uma compreensão da política do Líbano e suas motivações propõe a elaborações de novos questionamentos e visões sobre a política contemporânea mundial. O papel e a força que o triângulo formado pela Síria, Israel e Irã em suas políticas e ideologias tem amplamente no Oriente Médio também se faz um ponto essencial da discussão.

Os desafios que o Líbano enfrenta estão longe de acabar, e grupos como o Hezbollah e a questão palestina continuam incitando tumultos e novos fenômenos no país, cada vez mais absorvido e marcado por questões internacionais, onde sua voz e soberania não é raramente questionada.

Referências Bibliográficas

BIEZUS, Devlin Tavares. **Terra dos Cedros Cerceada: As interferências Sírio-Israelenses na Política Libanesa**. Revista Litteris, v.1, n.20, 2018.

CHAOUL, Melhem. **Regard sur la société et la politique au Liban**. Revista Iphis Libanis, v.1, n.1. 2016 Palestra no Seminário Internacional Brasil-Líbano. Promovido pelo Instituto Cultural Brasil-Líbano, Universidade Saint-Esprit de Kaslik e Consulado Geral do Líbano no Rio de Janeiro, 2015.

EI HUSSEINI, Rola. **Hezbollah and the Axis of Refusal: Hamas, Iran and Syria**. Third World Quarterly, v.31, n.5, p.803-815. 2010.

FELDBERG, Samuel. Acordo Sykes-Picot (1916). In: MAGNOLI, Demétrio (org). **História da Paz**. São Paulo. Contexto, 2012.

HUDSON, Michael. **Palestinians and Lebanon: the common story**. Journal of Refugee Studies, v.10, n3, p.243-260, 1997.

LABAKI, Boutros. **La situation économique actuelle au Liban: un progress malgré la crise politique.** Revista Ipsis Libanis, v.1, n.1, 2016.

MEIHY, Murilo. **Os Libaneses:** in: Coleção Povos e Civilizações. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016. 208 p.

MUMFORD, Andrew. **.Proxy Warfare and the Future of Conflict**, The RUSI Journal, 158:2, 40-46, DOI: 10.1080/03071847.2013.787733. 2013

NORTON, Augustus Richard. **Hezbollah: a short history.** New Jersey: Princeton University Press, 2007.

NORTON, Augustus Richard. **The role of Hezbollah in Lebanese domestic politics.** In Te International Spectator, v.42, n.4, p.475-491, 2007.

PINO, Domingos Del. **A Tragédia no Líbano: Retrato de uma Guerra Civil.** 1 ed. São Paulo: Clube do Livro, 1988

RITLI, Evan. **Colonialism, Lebanon and the Middle East.** E-international Relation Studies, disponível em: <https://www.e-ir.info/2011/07/05/colonialism-lebanon-and-the-middle-east/> , 2011.

SALEM, Paul. **The future of Lebanon.** In: Foreign Affairs, v.85, n.6, p.13-22, 2006.

SCALÉRCIO, Márcio. **Oriente médio: Uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver.** 1 ed. São Paulo: Elsevier, 2002. 320 p.

TILLEY, Virginia. **Israel in Lebanon: The foreign policy logics of Jewish Statehood.** The MIT Electronic Journal of Middle East Studies. V.6, 2006

TRAUMANN, Andrew Patrick. **Os militares e os Aiatolás: Relações Brasil-Irã (1979-1985).** 1 ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 258 p.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: Terrorismo e Guerrilha,** 1ed, São Paulo, Editora Contexto, 2009.

VISENTINI, Paulo Fagundes, ROBERTO, Wilian Moraes. **As consequências da crise na Síria para o Irã: impactos para sua estratégia regional e no Eixo de Resistência.** In: Brazilian Journal of International Relations, 2015.

ZAHREDDINE, Danny. **Os círculos concêntricos da política libanesa e suas repercussões para o Oriente Médio.** 2011.

ZISSER, Eyal. **The Israeli-Syrian-Lebanese Triangle: The Renewed Struggle over Lebanon.** Israel Affairs, v.5, n.4, p.397-412, 2009.